

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Naoly Alcântara da Silva

**NÃO ESCOLHER TAMBÉM É UMA ESCOLHA: A LIBERDADE EM JEAN-PAUL SARTRE E
SEU REFLEXO NA RESPONSABILIZAÇÃO POLÍTICA DOS INDIVÍDUOS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).

Orientador: Dr. Luciano Donizetti da Silva

Juiz de Fora
2025

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Naoly Alcântara da Silva**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201973112A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **NÃO ESCOLHER TAMBÉM É UMA ESCOLHA: A LIBERDADE EM JEAN-PAUL SARTRE E SEU REFLEXO NA RESPONSABILIZAÇÃO POLÍTICA DOS INDIVÍDUOS**, desenvolvido durante o período de **01/11/2024** a **20/03/2025** sob a orientação de LUCIANO DONIZETTI DA SILVA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Naoly Alcântara da Silva

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas

NÃO ESCOLHER TAMBÉM É UMA ESCOLHA: A LIBERDADE EM JEAN-PAUL SARTRE E SEU REFLEXO NA RESPONSABILIZAÇÃO POLÍTICA DOS INDIVÍDUOS

Naoly Alcântara da Silva¹

RESUMO

Para Jean-Paul Sartre o conceito de liberdade tem por característica não fazer o que se quer, mas ser obrigado a escolher e ser responsável por essas escolhas. Serei responsabilizado pelo Para-Outro enquanto ser indivíduo ou na forma de instituições (policia, leis, juizes...). Os outros não vão te obrigar a assumir, a escolher. Não existe não ter opção, o não escolher também é uma escolha. Mas toda escolha gera uma consequência, e mesmo que não ocorra a assunção de si, seremos responsabilizados de qualquer forma. Este trabalho busca promover a discussão acerca da liberdade e seus desdobramentos, bem como o reflexo desta na responsabilização política nos indivíduos, para tentar elucidar uma melhor forma das sociedades obterem mudanças significativas na esfera política e social.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade. Responsabilização. Escolhas. Política.

INTRODUÇÃO

O âmbito político é vasto em interpretações, conhecimentos e formação de teorias. Está presente em nossa sociedade desde os tempos mais remotos, da pólis Grega (ou até mesmo antes desse período), e sua influência na formação das sociedades foi fundamental para que as mesmas se desenvolvessem até como conhecemos nos dias atuais. Mas a principal contribuição da política, sem sombra de dúvidas, é a intersubjetividade entre os indivíduos, os quais precisam de alguma forma se unirem para conseguirem negociar conflitos oriundos das disputas de interesses individuais. Partindo desta ideia anterior, fica claro que toda e qualquer ação é um ato político, pois mesmo que tenha sido realizada de forma individual, ela reflete no coletivo, na sociedade, e suas consequências podem ser benéficas ou não.

No campo filosófico, a discussão política permeia as teorias de diversos autores, dentre eles Jean Paul Sartre. A presente discussão que será realizada neste texto abordará o autor citado anteriormente, sob a perspectiva principal da sua teoria que é a análise da liberdade, com foco na responsabilização política individual, cujo engajamento político nos obriga a fazer escolhas conscientes e arcar com as consequências das mesmas.

Segundo Sartre, o olhar fenomenológico presente no Ser-Para-Outro funciona como um espelho que revela quem de fato somos. Assim, surgem os grupos sociais, que compartilham do mesmo sentimento de revolta contra o Prático-Inerte, já que a práxis individual e a própria natureza do ser enquanto ser livre, mostra aos indivíduos que formam a sociedade que eles possuem um objeto em comum, sendo este o princípio transformador que também os unirá.

A liberdade em situação (seja ela histórica, local ou em limite) é absoluta. Portanto, a responsabilidade também é absoluta, no sentido de que somos responsáveis pelo mundo inteiro e pelos outros seres humanos, não somente por nós mesmos. Cada um é exemplo para os outros, e Sartre ainda acrescenta que não há determinação alguma para os seres humanos (Existencialismo Ateu). Se existimos no mundo enquanto “brotamento involuntário de ser”, no seu início, revela-se que cada um é um projeto de si mesmo aonde a liberdade, nossas ações e escolhas são formadores do que somos, da nossa essência.

Em regimes democráticos cuja representação política se dá principalmente através do voto, em que se elege um representante que irá gerir os interesses do bem comum, o posicionamento político consciente torna-se fundamental para serem feitas boas escolhas, e assim assegurar uma melhoria na condição de vida do coletivo. Para Jean Paul Sartre, a responsabilização política dos indivíduos faria com que a consciência intencional se voltasse Para-Si (consciência reflexiva), uma vez que os sujeitos sociais perceberiam a importância de se fazer uma escolha consciente, de não abdicar dela, pois as consequências não afetam somente o coletivo, mas retornam para cada indivíduo em particular, de maneiras diferentes. Em síntese, toda ação voltada Para-Outro é um ato político, na medida em que influencia o coletivo, e mesmo aquela ação que não é realizada, gera responsabilização aos indivíduos, pois a liberdade de escolha também é uma condição humana para se dizer “sim” ou “não” para realizar algo. Por isso, é fundamental que estejamos engajados, pois o engajamento faz com que através da ação possamos nos voltar para a realidade concreta, e ao agirmos efetivamente, o reflexo dessas ações contribuirá de maneira significativa para o desenvolvimento das sociedades.

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: naoly95@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Luciano Donizetti da Silva

O Existencialismo Humanístico e a Liberdade Absoluta

Uma perspectiva que promove discussões e divergências entre os pensadores é sobre o caráter da liberdade: podemos escolher sermos livres ou estamos prisioneiros do nosso destino? A resposta para essa pergunta segundo Jean- Paul Sartre é bem simples: somos condenados a sermos livres, ou seja, tanto homens quanto mulheres possuem a liberdade de forma absoluta. E é a partir dessa premissa, que irei desenvolver ao longo desta dissertação como a liberdade em Sartre é fundamental para desencadear a responsabilização política dos indivíduos e seu engajamento político na construção de uma sociedade melhor.

Na tradição filosófica em geral enfatizou-se a liberdade humana como sendo absoluta, ou seja, teoria pela qual temos a escolha de agir de um modo ou de outro, independentemente das forças que nos constroem. Mas diferentemente do que essa teoria propõe como tese – de que ser livre é decidir agir como se quer, sem determinação causal – Sartre afirmava que apesar de sermos livres para escolher, isso não significava que liberdade é fazer o que se quer, pelo contrário: precisamos fazer o que deve ser feito. Além disso, ao escolhermos de maneira livre e consciente, seremos responsabilizados por tais escolhas, através de indivíduos e instituições. Apesar de termos o livre-arbítrio, a liberdade para Sartre não é incondicional.

Em contrapartida à questão da liberdade, temos o conceito do determinismo, no qual é definido como tudo o que existe tem uma causa necessária e obrigatória. O mundo explicado por esta ótica é o mundo da necessidade, e não da liberdade. *Necessário* significa tudo aquilo que tem de ser e não pode deixar de ser. Para Jean-Paul Sartre, a visão conceitual do determinismo é mais radical. Segundo ele o determinismo não existe no âmbito comportamental, pois podemos sim, deixarmos de ser algo. Inclusive ele ressalta isso em sua tese denominada “Filosofia da Liberdade”, onde Sartre afirma que não somos determinados por nada, nem mesmo nossos hábitos são determinados, uma vez que estes também são escolhas conscientes. De maneira crítica, o autor estabelece que a primeira tarefa do filósofo é libertar o homem e a mulher de tudo aquilo que o afaste da sua liberdade, ou seja, todo o determinismo que afete o seu modo de ser no mundo deveria ser combatido. Aliás, toda teoria que promove o estranhamento do homem consigo mesmo, deveria ser combatida e afastada do estudo teórico. Sartre trabalha com as noções da psicanálise e das ciências sociais como duas disciplinas em que a noção de liberdade é menor do que a trabalhada por ele em seus estudos filosóficos, e que portanto, são deterministas e distintas, afastando assim o ser humano da sua liberdade. Porém, é importante salientar, que é preciso constituir um espaço de liberdade, uma “atmosfera”, para que homens e mulheres vejam-se como livres, porque não se pode impor a liberdade, já que ela demanda uma consciência intencional, um movimento de Si-Para Si.

Mas antes de aprofundar o conceito de consciência e sua relação com a liberdade, além do método fenomenológico que surge como consequência destes conceitos anteriores, faz-se necessário abordar o Existencialismo em Sartre. Antes de sermos no mundo, é necessário primeiramente que existamos nele. No existencialismo, há uma frase fundamental que o resume enquanto tese geral: “*a existência precede a essência*”. Segundo as concepções tradicionais, o ser humano possui uma essência, uma natureza humana universal, do mesmo modo que todas as coisas têm igualmente uma essência. Porém, não é essa a posição de Sartre, pois para ele, somente o ser humano existe porque ele é dotado de essência e consciência. As coisas e os animais são seres Em-Si, sendo que as coisas não possuem consciência nem essência, enquanto os animais são seres menos conscientes que os seres humanos, e que portanto, não são livres. Assim, somente o ser humano existe, porque, sendo consciente e com essência, é um Ser-Para-Si, já que a consciência é auto reflexiva, pensa sobre si mesma, é capaz de pôr-se “fora” de si (Existir: “*Ek – Sistere*”, ou seja, “Ser – Fora”, fora de “si mesmo”). É a consciência que distingue o ser

humano das coisas e dos animais, além da própria liberdade, pois somente o ser humano é livre, aquele que age tendo em vista o que virá (projeto de ser). Por isso, o existencialismo é um humanismo, pois se insere apenas no contexto de humanidade, ou seja, refere-se apenas aos seres humanos. Sobre essa perspectiva, Sartre esclarece: "(...) O que significa, aqui, dizer que a existência precede a essência? Significa que, em primeira instância, o homem existe, encontra a si mesmo, surge no mundo e só posteriormente se define. O homem, tal como o existencialista o concebe, só não é passível de uma definição porque, de início, não é nada: só posteriormente será alguma coisa e será aquilo que ele fizer de si mesmo. Assim, não existe natureza humana, já que não existe um Deus para concebê-la." (SARTRE, 1970, p. 216).

Sartre defende que o seu ateísmo é o mais coerente, pois nega o mundo das ideias, do metafísico, do transcendente, e apenas afirma que o que existe é o mundo físico, da vida concreta. Por isso, o existencialismo em Sartre, também ficou conhecido como um Existencialismo Ateu, opondo-se ao Existencialismo Cristão. A principal diferença entre esses dois existencialismos, é que no ateu, Deus sendo o princípio e o fim, Ele acaba por coincidir consigo mesmo, e que portanto, não existe. O que existe, é uma ideia imaginária de Deus, excluindo-o como realidade concreta. Toda essa questão é importante ser abordada para confirmar que, excluindo-se a ideia de Deus como ser absoluto e real, homens e mulheres são os únicos capazes de constituírem sentido as coisas, e também são os criadores do mundo. Vale também salientar, que para Sartre, se Deus existisse de modo real, nós não seríamos livres, porque a nossa essência seria pré-determinada, seguiríamos apenas o instinto. Ou seja, mais uma vez Jean-Paul Sartre reforça a sua tese, de que não existe determinação comportamental nenhuma para os seres humanos.

Homens e Mulheres sendo criadores do mundo infere-se que o que nós somos, é o que nós fazemos diariamente. É necessário então, partir da subjetividade, ou seja, primeiro existimos enquanto ser, para depois nos definirmos. Somos o nosso "projeto de ser", que é escolhido livremente, mas sob o olhar do outro; este que sempre nos julga e também ajuda a nos definir. Nossa inserção no mundo é corpórea, motora e consciente, sendo este último conceito, a definição de homens e mulheres: "sabemos que sabemos" (EN, p. 22).

No início, os seres humanos são apenas "brotamento involuntário de ser", e posteriormente, somos escolhas de ser. Assim, nos tornamos projetos futuros, projeções de escolhas futuras. Tal projeto vive livremente e subjetivamente, há não ser que seja interrompido pela contingência do ser (uma doença, por exemplo). Tanto homens, quanto mulheres são suas escolhas – situadas – e livres, além de corporeidade (facticidade do ser. Não é escolha). Ser livre, para Sartre, é admitir que somos as nossas próprias escolhas, ou seja, é o que nós fazemos, nossas ações. Assim, o projeto de si mesmo revela o que cada um é. Porém, o filósofo nos faz um alerta: "Podemos dizer que cada um de nós é absoluto respirando, comendo, dormindo ou agindo de um modo qualquer. Não existe diferença alguma entre ser livremente, ser como projeto, como existência que escolhe a sua essência, e ser absoluto; não existe nenhuma

diferença entre ser um absoluto temporariamente situado, ou seja, que se localizou na história, e ser universalmente compreensível". (EH, p. 14).

O trecho acima, nos mostra que enquanto seres inseridos no mundo, não há diferenciação entre nós, ou seja, temos de toda forma uma liberdade absoluta. Porém, tal liberdade, não resolve inteiramente a objeção de subjetivismo, pois ao fazermos qualquer tipo de escolha, não podemos evitá-la nem tão pouco fugir da responsabilidade que é gerada, como consequência direta das nossas ações.

Mas afinal, o que Sartre entende como liberdade? O conceito definido por ele é que liberdade é a definição do homem, sendo esta também a forma de compreender a história humana. Porém, a libertação do homem – já que este não é livre, mas condenado a vir a ser – ocorre quando há assunção de si: nos responsabilizamos diante de nossas escolhas perante o olhar do outro. Ser livre é admitir que somos as nossas próprias escolhas. Em suma, liberdade não é fazer o que se quer, mas ser obrigado a escolher, e responsabilizar-se por isso. Também temos o momento em que nos descobrimos liberdade, e que portanto, sabemos que somos livres. Nossa consciência torna-se intencional e situada. (EN, p. 521)

A Ontologia Fenomenológica

Para Jean- Paul Sartre, era importante esclarecer e debater sobre um conceito do século vinte, no qual autores como Merleau-Ponty e Martin Heidegger também tentaram elucidar, todos influenciados por Edmund Husserl, considerado o fundador de tal teoria: A Fenomenologia. Posteriormente, estes filósofos integralizaram o que ficou conhecida na filosofia como "corrente fenomenológica". Para tentar superar a antinomia determinismo-liberdade, estes autores citados acima, promoveram a discussão sobre a liberdade enquanto sujeito encarnado, situado e capaz de relacionar-se com o mundo e consigo mesmo, não como uma liberdade que até então era completa de forma abstrata e que privilegiava apenas o trabalho da consciência. A partir desta premissa, podemos inferir que Sartre aprofundou seus estudos fenomenológicos para também salientar que a liberdade é o ponto chave de qualquer que seja a discussão, no sentido que ela é o modo de ser humano no mundo, no qual ele especificou conceitualmente como "Liberdade Ontológica". Mas à priori desta filosofia, precisamos primeiramente entender e aprofundar sobre o que é um fenômeno para Sartre, bem como o seu caráter ontológico, a fim de correlacionar com a liberdade e seus desdobramentos no âmbito filosófico.

O fenômeno, em princípio, é aquilo que se manifesta, através de algum modo para todos, e dele podemos falar e ter certa compreensão, assim explicou Sartre. Porém, o autor questiona-se se esse ser que se revela, é o mesmo ser dos existentes que lhe apareceram? A resposta à esta pergunta fundamenta-se no que o autor em questão definiu como "transcendência do ser", ou seja, na medida que alguma coisa só existe enquanto se revela, é necessário também que o ser enquanto fenômeno, que em consequência, "ultrapassa e fundamenta o conhecimento que dele se tem" (EN, p. 19). Portanto, o fenômeno é absoluto, no entendimento que o fenômeno é em si mesmo, a própria essência daquilo que aparece ou se manifesta, um "absolutamente indicativo de si mesmo" (BORNHEIM, 2019, p. 28). Para

evitar que este fenômeno fique apenas com o caráter de si mesmo, rompendo-se com o ser, Sartre visa então reconquistar um estatuto ontológico para o fenômeno, sob a perspectiva do real. Assim, a Ontologia Fenomenológica, aparece como um dos conceitos principais e o método na doutrina da filosofia de Sartre.

Através da observação do mundo, fundamentamos a ontologia, ou seja, o estudo do ser enquanto ser, não somente este ser enquanto fenômeno - como vimos anteriormente-, mas como a forma que o ser humano se manifesta no mundo, na procura daquilo que o unifica. O mundo que é compartilhado descreve estruturas de ser, que são as formas nas quais homens e mulheres se apresentam no mundo. Tais estruturas, que sempre vão aparecer juntas, Sartre apresentou como sendo: “Em-Si” e “Para-si”, e estas são as duas principais modalidades de ser, que também irão designar suas respectivas condutas no mundo. O filósofo então define e explica cada uma destas estruturas, cujo objetivo é demonstrar o caráter ontológico do ser e do fenômeno, além da premissa de que todas as coisas no mundo são o que são ou que podem vir a ser.

Primeiramente, Sartre define como ser “Em-Si” aquilo que é idêntico a si mesmo, ou seja, o ser “é o que ele é” na concretude do mundo. Tal estrutura se revela como “istos” no mundo, no sentido de ter várias funções, que são definidas pela consciência. No método fenomenológico, a principal característica desta consciência é que ela é negação, ou seja, responsável pela diferenciação entre as coisas, função esta que só é possível de ser exercida por homens e mulheres, que por definição, são a própria consciência. Os animais e objetos, portanto, são exemplos de seres “Em-Si”, pois não são conscientes, apenas “cientes” e idênticos a si mesmos, precisando de outros seres para conseguir pensar e mover por eles, além de que não há mudança, são o que são.

Posteriormente, Sartre define como ser “Para-Si” aquilo que jamais se identifica ou coincide consigo mesmo. Ao contrário do “Em-Si”, o “Para-Si” se move através do desejo de ser Em-Si-Para-Si (ser faltado), ele está em um distender temporal. Os seres humanos são o exemplo desta estrutura, e a partir do momento que estamos presentes à nós mesmos, estamos dotados do que o filósofo intitulou como consciência reflexiva, fazendo com que o objeto exterior a nossa própria existência, crie sentido através da nossa percepção. Tal consciência não muda, o que muda é o objeto e sua compreensão no mundo. Há também outra consciência, a intencional. Esta muda a compreensão que se tem do objeto, pois ela atua sobre a matéria, e torna-se perceptível através da própria auto reflexão, como se fosse “a voz interior” do consciente humano. O conhecimento da consciência é posteriori ao nosso próprio existir, pois antes havia o “nada”, apenas a plenitude do ser, e agora, somos homens e mulheres dotados de consciências, que não coincidem jamais com o seu ser, e portanto, são liberdade. A liberdade é construção dentro do processo de Para-Si, pois escolher-se para ser.

É importante salientar, que o grau de conhecimento também não aumenta ou diminui a consciência, pois ela não possui hierarquias. O que importa é a consciência de mundo, reflexiva de estarmos

compartilhando, por exemplo, o mesmo ambiente. O argumento ontológico principal que confirma a filosofia Sartriana diante da fenomenologia, estruturas do ser e a consciência, é o fato de que não se visa encontrar o ser na subjetividade, nem tão pouco no plano do cogito reflexivo – como explica Bornheim-, mas é a própria estrutura da consciência humana que garante o ser objetivo do fenômeno: “[...] a consciência nasce conduzida por um ser que não ela mesma. Isso é o que chamamos de prova ontológica” (EN, p. 28).

O mundo do sujeito, como define Bornheim, manifesta-se através do Para-Si, pois é o ser humano que é responsável por criar e dar nome as coisas que existem. Antes dos sujeitos, os objetos eram meros seres Em-Si, sem nenhum propósito ou importância. Já o homem tem como propósito compreender-se como ser-no-mundo, ou seja, ontologicamente, busca aquilo que o unifica. Nesse processo de busca o homem depara-se com várias consciências conflitantes, que procuram e necessitam de outras demandas. Sartre então elucida essa procura como razão principal a liberdade. Ao escolher-se ser no mundo, o homem passa a tentar construir a liberdade que lhe falta, e assim o modo que ele é no mundo constitui-se como a Liberdade Ontológica. “O homem é liberdade em seu próprio ser” (BORNHEIM, 2019, p.110), por isso o estudo da liberdade se faz tão necessário, pois ela é responsável por concluir as análises acerca da realidade humana e seus desdobramentos enquanto sermos seres no mundo. Porém, Sartre afirma que o homem compreende esta liberdade no seu sentido histórico, de forma situada, já que ela não é fundamento de si mesma. A liberdade torna-se a forma de compreender a história humana, e sua essência se dá através desta compreensão. A partir desta premissa, o filósofo Gerd Bornheim levanta um questionamento muito importante, que será abordado nos próximos tópicos deste trabalho: Qual é a relação da liberdade com a situação e com a facticidade?

A Facticidade do Para-Si

Primeiramente, Sartre definiu como presença a si uma estrutura integrante do Para-Si, tendo como fundamento a separação entre o sujeito e o objeto. Esse “si” é a representação da distância ideal entre o sujeito e o seu modo de ser, pois Para-Si jamais coincide consigo, embora o sujeito também não possa não ser ele mesmo. A presença a si é o equilíbrio dentro do próprio ser enquanto realidade e o seu modo de ser no mundo, colocando-se ao mesmo tempo como unidade. Não se pode separar o sujeito de si mesmo, pois a presença a si tem como fundamento e constituição o “nada”, que estruturalmente não pode ser apreendido. “O Para-Si ‘deve ser’ o seu próprio nada”, reforça Bornheim. A consciência reflexiva, dentro da construção do Para-Si, vislumbra o homem situado no tempo histórico tornar-se um projeto de vir a ser, já que o ser do Para-Si consiste em ser o que ele não é. Assim, diante desta análise, Sartre conceitua outra estrutura integrante do Para-Si: a facticidade.

Situados em um tempo histórico no qual não escolhemos, a facticidade é a forma com que homens e mulheres se encontram no mundo, através da corporeidade, com determinadas características psicológicas. As determinações humanas constituem-se como sermos pertencentes a um grupo social,

uma família ou instituição, que nos faz ter noção de um mundo compartilhado e plural. O que nós somos é o que nós fazemos diariamente, e tal processo é feito de escolhas que nos são livres e conscientes. Porém, o homem enquanto ser Para-Si, tem como falta ontológica, o que Sartre denominou como “Ser-Em-Si-Para-Si”. Esta nova estrutura, não corresponde a forma real de ser no mundo, mas uma ideia imaginária correspondente a ideia de um ser meramente normativo, que não pode existir no mundo, no qual os seres humanos nominaram como “Deus”.

A tentativa do ser humano de tentar realizar algo para construir o que ele é ou almeja ser, esbarra no nosso desejo de ser Deus, em nos tornarmos a estrutura correspondente à ideia Dele: Ser-Em-Si-Para-Si. Tudo que tentamos, buscamos e realizamos se esvai, num ciclo que continua até a morte. Por isso a facticidade do ser é a corporeidade, na medida em que o Para-Si tem como característica a sua contingência absoluta, ou seja, não faz parte das nossas escolhas a morte ou a doença. O que então nos falta? A coincidência conosco, ou “o si-mesmo como em-si” (BORNHEIM, 2019, p. 59). É por isso que nunca nos satisfazemos, porque sempre nos faltará algo para ser realizado ou buscado. Como consequência desta falta ou fracasso de ser, surge o nosso desejo irrealizável de ser Deus, pois Ele coincide consigo mesmo, e é o princípio e o fim. Em suma, nós somos um “eterno” projeto, de escolhas livres e próprias, do qual nunca nos realizaremos.

Para suprimir esta falta do Em-Si, o ser humano executa o movimento de ir além destas determinações advindas da facticidade, agindo para dar um sentido à elas. Sartre chamou esse movimento de transcendência, cuja dimensão é a liberdade. Vale salientar que o filósofo é existencialista e ateu, e que portanto, para ele toda a transcendência é imaginária, mas importante na construção do processo do Para-Si, sobretudo na facticidade, estrutura que o compõe. Percebe-se que o ser Para-Si enquanto facticidade assume um caráter de “falta de algo”, ou de uma falha, que é justamente aquilo que fundamenta a transcendência, mesmo esta não correspondendo a realidade do ser. Neste trecho do seu livro, Bornheim reforça esta explicação: “[...] Entende-se, pois, que a transcendência tenha um sentido negativo: ela vai além de si mesma em direção ao ‘ser particular que seria se fosse o que ela é’. Em resumo, a realidade humana é a perpétua procura de uma coincidência consigo que nunca é alcançada” (2019, p. 59). Insatisfeito com essa realidade, o homem então cria Deus, o inferno e o céu, três invenções para dar sentido, que não existem no mundo físico, mas ilusões que fazem com que este homem tenha algo para acreditar além do terreno, para motivar-se a continuar existindo.

Tanto a presença a si, quanto a facticidade, são estruturas de suma importância para entender a construção do Para-Si, ou simplesmente, o modo de ser humano no mundo. Tais estruturas não são as únicas que constituem o Para-Si, há também os conceitos: “totalidade”, “valor”, “ser dos possíveis” e a “presença ao mundo”; porém estes não serão abordados neste trabalho, pois o foco aqui é elucidar a liberdade e seus desdobramentos nos sujeitos e no mundo (especialmente no âmbito político), abordando então conceitos que estejam correlacionados a este tema principal. De forma ontológica, o Para-Si e suas estruturas elucidam a subjetividade, compreendida em si mesma, ao passo que a transcendência

também faz parte da dimensão do Para-Si, possibilitando a definição da realidade humana, numa dicotomia sujeito-objeto que tem como conclusão final a liberdade.

A Facticidade e a Liberdade

A liberdade surge, segundo Sartre, advinda do nada do Para-Si e ao mesmo tempo do Em-Si em sua forma bruta, instaurando-se no seio do ser. Sendo assim, seu condicionamento ontológico faz surgir um novo conceito: a situação. Fenomenologicamente, a situação deriva da contingência da liberdade e do Em-Si, sendo que é através dela que o Em-Si se transforma em motivo. Podemos inferir que este motivo condiciona a mudança das pessoas, que faz com que a história mude, pois a história é obra da ação humana, já que o ser Para-Si está situado em um tempo histórico. A liberdade está correlacionada à situação porque é através dela que acontecem as lutas, os enfrentamentos das situações, a ação em si que muda o processo histórico e a nós mesmos. O Em-Si nesse processo apenas se revela, enquanto ser fenomênico para então ajudar a construir o Para-Si diante da promoção da sua negação.

A nossa inserção no mundo é corpórea, motora e consciente, mas temos as nossas limitações enquanto facticidade. A realidade humana reflete o que somos, e por isso, também enfrenta obstáculos e contingências, que não foram inventados por ela, mas adquirem sentido justamente por serem advindos do ser Para-Si, através da livre escolha que a realidade humana é. A situação, seja ela de caráter histórico, local ou contingente, tem fundamentalmente a escolha livre para se estabelecer, mas é através da facticidade que a mesma consolida-se, como afirma Sartre: “a liberdade é a apreensão de minha facticidade” (EN, p. 575). O autor exemplifica nos mostrando que um determinado lugar que ocupamos só é definido pela liberdade, e sem ela este lugar não existiria. A significação de passado, presente e futuro se dá através de homens e mulheres, e estes, através de escolhas livres, situam-se de formas diferentes no mundo. Assim como “a realidade humana se constitui como projeto de si” (BORNHEIM, 2019, p. 118), o homem enquanto eterno projeto de si mesmo faz com que a liberdade também se torne um projeto, na medida em que a facticidade é trazida para dentro da esfera humana, refletindo na situação e tornando-a ambígua por consequência. Conclui-se então, que o homem só é livre em situação.

A liberdade não acontece sem nenhuma condição social. Como estamos inseridos dentro de uma sociedade com instituições, grupos sociais e organizada de forma política, a liberdade em situação está sempre presente, portanto homens e mulheres são liberdade, e faz-se necessário que o ser tenha a responsabilidade absoluta, já que a liberdade é absoluta. Assim, a responsabilização absoluta, incluindo no âmbito político, faz dos nossos atos escolhas livres sim, mas reflexos de uma responsabilidade que sirva de exemplo aos outros seres humanos. É desta responsabilização que o conflito, ou melhor, o olhar Para-Outro se intensifica e define. Tal estrutura corresponde ao olhar fenomenológico de um ser Para-Si com outro ser Para-Si, mostrando a intersubjetividade.

O ser Para-Outro e o surgimento do conflito

Diante da realidade humana e suas experiências, o ser Para-Outro é descoberto nas relações entre os Para-Si. O olhar fenomenológico do Para-Outro demonstra a intersubjetividade, e assim, “o outro surge como mediador indispensável do eu consigo mesmo” (BORNHEIM, 2019, p. 81), ou seja, é através do olhar do Para-Outro que se é revelado quem somos, pois ele é capaz de nos moldar diante do seu julgamento, constituindo um novo modo de ser. Para Sartre, não há solipsismo uma vez que estando em conformidade com a sua denominação, estaríamos afirmando a solidão ontológica, e isso seria mera hipótese metafísica, já que para a existência do ser Para-Si é fundamental o modo de ser Para-Outro, não sendo possível ser sozinho no mundo.

O outro é concebido como real, na medida em que eu o construo como objeto, e minhas experiências tornam-se reguladoras do modo como o outro me enxerga enquanto ser Para-Si. Segundo Sartre “o outro não é somente aquele que vejo, mas aquele que me vê” (EN, p. 296), ou seja, a intersubjetividade presente no ser Para-Outro corresponde analogamente a um espelho, um reflexo de nós diante do olhar do outro, revelando quem somos. Sem esse olhar fenomenológico, tal reflexo não poderia acontecer de forma verdadeira, pois na busca por aquilo que nos unifica precisamos nos relacionar com outros seres Para-Si para encontrar experiências que nos levem a um unificador comum.

Porém, se o Para-Outro nos define enquanto seres Para-si, seria o olhar do outro o limite da minha liberdade? Sartre então esclarece esse questionamento afirmando: “Estou condenado a existir para sempre além de minha essência, além dos móveis e dos motivos de meu ato: estou condenado a ser livre” (EN, p. 515), assim, a partir desta premissa, fica claro que homens e mulheres para o autor são liberdade, e que esta tem como limite apenas o fato de que homem não pode deixar de ser livre, ele não é livre para isso. Mas pode acontecer de haver uma recusa dessa liberdade. Como? Agindo de má-fé. Mas tal conceito será abordado mais posteriormente. O importante a se destacar aqui é que a intersubjetividade não é limitadora da nossa liberdade, mas causa outro tipo de problema: o conflito.

Na relação do ser Para-Si com o ser Para-Outro, vários mundos diferentes se colidem, o sentido fenomenológico faz com que surja o conflito, mais precisamente o conflito de consciências aonde o sentido se constitui. O filósofo aborda sobre esse conflito e seus desdobramentos no texto da peça de teatro “Huis-clos”, cuja tradução para o português é “Entre Quatro Paredes”. Nesta obra, cada personagem é o Para-Outro do Outro, e diante do conflito, eles percebem que cada um que está presente naquele inferno metafórico torna-se importante para que o outro possa continuar existindo. Trazendo tal filosofia para a nossa conjuntura, o inferno metafórico é a nossa própria realidade, e o olhar do outro também nos é essencial, pois o mesmo corrobora para a nossa existência e formação enquanto seres Para-Si. Além de que no âmbito político, o conflito de várias consciências trará a liberdade novas demandas, ao passo que queremos o Em-Si ao nosso gosto, ou seja, que nossos pensamentos prevaleçam em detrimento de outrem. Mas Bornheim em seu livro, alerta que “o outro sempre me aparece como um objeto que devo conhecer” (2019, p.82), portanto, não há privilegiados no conflito, seja qual for a circunstância que o sujeito esteja inserido, pois vale a premissa de Sartre que a

intersubjetividade tem como fator limitante o conhecimento. Senão conhecemos o outro em sua plenitude, como podemos superá-lo? Pois nem mesmo o próprio ser Para-Si conhece a si mesmo verdadeiramente, uma vez que se encontra num constante projeto de vir a ser, e está em processo de construção ao passar dos anos.

Se as liberdades não se comunicam, se o conflito permanece insolúvel, como então construir uma sociedade organizada, justa e igualitária? Sartre começa a desvendar a resposta para esta pergunta através do conceito de responsabilização absoluta, em decorrência da liberdade absoluta. Veremos adiante o desdobramento de tal conceituação.

A Responsabilização Absoluta e Política

Anteriormente, abordei neste trabalho a conceituação de liberdade absoluta e seus desdobramentos. Como consequência direta desta análise, temos a responsabilização absoluta dos indivíduos, na qual Sartre começa a destrinchar sobre, em sua filosofia existencialista, deixando claro que o homem sendo livre para escolher e estando lançado ao mundo, torna-se responsável por tudo que faz. Esse “tudo” inclui não somente as atitudes individuais humanas, como também as relacionadas com o ser Para-Outro, que ao mesmo tempo, exerce a função de nos coagir diante daquilo que lhes desagradam.

Porém, o autor salienta que não há como o homem ser seu próprio julgador diante da responsabilização de seus atos. Por isso, o ser Para-Outro também assume a forma de instituições, de Estado ou mesmo de um contexto histórico, fazendo com que o ser Para-Si busque sempre pela assunção de si para liberta-se desse olhar do outro. Mas sabe-se que essa libertação não é fácil, pois nos encontramos vulneráveis diante do olhar do ser Para-Outro, que revela as nossas fraquezas e não nos deixa mentir. Ao mesmo tempo, o processo de construção do ser Para-Si está inserido numa sociedade que compartilha os mesmos valores, crenças e comportamentos, e a subjetividade necessita destas instituições moldadoras para ter a sensação de pertencimento a um grupo social.

No âmbito político, o Estado enquanto ser Para-Outro assume um papel importantíssimo na responsabilização dos indivíduos. Um exemplo: se o sujeito que vive em um país democrático não participar das eleições depositando seu voto nas urnas, onde há obrigatoriedade, este sujeito será responsabilizado com aplicações de multas e uma série de restrições burocráticas oriundas do sistema eleitoral. Apesar de o indivíduo ter escolhido de forma livre não participar das eleições, ele será responsabilizado mesmo assim por seu ato, seja institucionalmente ou moralmente pela sociedade. O olhar do outro atua de maneira incisiva neste contexto, porque aquele ou aqueles que ocupam posições de poder ou cargos públicos irão influenciar diretamente a sociedade com suas escolhas. Embora tenhamos a opção de também não seguir tais escolhas e imposições, Bornheim elucida a questão: “Dominado pelo olhar do outro, o meu olhar perde seu poder. O olhar do outro me especializa e me temporaliza, e eu me ofereço sem defesa, à apreciação alheia; assumo, a despeito de mim, uma liberdade que não é minha” (2019, p.88). Diante desta premissa, podemos abstrair que o olhar do outro

nos torna refém daquilo que se predomina dentro de uma sociedade situada em um contexto histórico. O Ser-Para-Outro em sua estruturação, coloca em risco o ser na medida em que tende a transformar o Para-Si em Em-Si, mas, entretanto isso não acontece, pois a construção do Para-Si é o processo da liberdade.

Homens e Mulheres são responsáveis por construir a história humana através de suas escolhas livres e conscientes. Tais escolhas refletem também o modo do Ser- Para-Outro no mundo, e por isso, nos tornamos exemplos para cada ser Para-Si na sociedade. Assim, a realização humana e da sua liberdade exige o comportamento moral. Sartre não chegou a escrever um livro sobre moral, mas o que vale salientar aqui, é que para construir uma sociedade organizada é necessário que o ser Para-Outro esteja no modo de ser de instituição, e responsabilize os indivíduos perante as suas atitudes individuais. Além disso, o próprio incômodo que a presença do outro gera nos faz refletir sobre as nossas ações e escolhas, fazendo com que nos responsabilizemos pelos os outros seres humanos e pelo mundo inteiro.

Politicamente, o intermédio do ser Para-Outro através do Estado e suas leis, faz com que a sociedade além de organizada, seja justa e igualitária. Obviamente, os dois últimos termos encontram-se apenas no campo jurídico e burocrático, sem ter quase nenhum reflexo na realidade. As relações de poder são desiguais e por vezes autoritárias. As liberdades defrontam-se entre si, há várias demandas diferentes, de consciências diferentes, para serem vistas. Qual a melhor forma de se construir uma sociedade melhor e gerenciar conflitos? Para Sartre, somente a Democracia Direta e Socialista poderia mudar a realidade humana, e fazer com que um o objeto de caráter subjetivo (como a igualdade) torne-se um objeto concreto, no campo do real e prático. Para se chegar a tal democracia o primeiro passo é engajar-se, analisando a situação concreta como responsável pelas mudanças sociais e políticas dentro de uma situação histórica.

O Engajamento Político e a Não Escolha

A liberdade deixa de ser apenas de caráter imaginário quando o indivíduo compromete-se na ação, e isso acontece através do engajamento, seja ele de qualquer natureza, mas voltado para um sentido que se queira realizar. Para Sartre, os indivíduos são naturalmente engajados, mas deixam de se comprometerem com a ação. Por isso, para se ter mudanças concretas no âmbito social e político faz-se necessário o engajamento e assumir a responsabilidade diante de nossas escolhas e ações. Assim, poderemos construir uma sociedade melhor e gerenciar os conflitos. Mas o caminho para esta missão não é fácil. Enquanto alguns indivíduos, - como o próprio Sartre em sua época-, fazem de tudo para que as mudanças sociais e políticas ocorram na coletividade, outros preferem ficar no que o autor denominou como “quietismo”, que segundo ele: “O quietismo é a atitude daqueles que dizem: os outros podem fazer o que eu não posso” (EH, p. 11). Tal atitude, que o próprio filósofo considerou ser tratada como uma atitude miserável, não corresponde com a sua filosofia por ele defendida, que “a realidade não existe a não ser na ação”. Para os existencialistas, e portanto para Sartre, todas as disposições e possibilidades

precisam ser construídas para darem certo. E isso se estende ao campo político. É necessário que os indivíduos estejam engajados politicamente comprometendo-se com a ação, para construírem possibilidades melhores de mudanças sociais. Este processo se dá através das escolhas livres e conscientes, mas eis que ao experimentar essa liberdade, o indivíduo vive a angústia da escolha. Muitos não suportam essa angústia, fogem dela, e acabam agindo de má-fé.

Como já citada anteriormente, a má-fé é a recusa ou fuga da liberdade, e tem como característica a atitude daqueles que fingem escolher, sem na verdade escolher é um “autoengano”. Não se trata de uma mentira, mas sim de uma dissimulação para si mesmo, com o objetivo de evitar fazer uma escolha pela qual deva se responsabilizar. E é desta premissa, que chego ao tema principal deste trabalho: Para Sartre, mesmo quando agimos de má-fé e escolhemos nos eximir da nossa responsabilidade, já fizemos uma escolha, ou seja, não conseguimos evitar essa “não escolha”. Seremos igualmente responsabilizados pelo ser Para-Outro, embora Sartre alerte que neste processo o indivíduo torna-se semelhante às coisas (Em-Si), com a recusa da dimensão do Para-Si.

Trazendo toda essa discussão para o cenário político atual, nota-se que ultimamente as sociedades democráticas encontraram-se divididas ideologicamente: de um lado, os partidos de esquerda, do outro, os partidos de direita. Nos últimos anos, tem acontecido a alternância de poder entre estas duas ideologias principais, numa dicotomia que por vezes é limitante, e que expressa o real conflito já existente anteriormente. Podemos, é claro, divergir em opiniões e escolhas políticas, porque isso também é liberdade. Porém, o que não podemos é nos eximir das nossas responsabilidades agindo de má-fé, e colocando a culpa por determinado cenário político estar ruim em virtude de escolhas feitas pelo o outro. A crítica a determinado governo é válida e necessária, mesmo vinda daqueles que não o elegeu, porém, não se pode transferir a responsabilidade de meus atos políticos para outrem que contribuíram para esta escolha estar no poder, pois isso seria uma recusa da própria liberdade de escolha. Tornou-se comum no cenário democrático atual dizer que se não escolhi o A (político da esquerda), nem escolhi o B (político da direita), eu não tenho responsabilidade alguma pelo que estes irão fazer se conseguirem se eleger. Esta fala, ou melhor, este autoengano, é totalmente contraditório na visão de Sartre. Primeiro que não escolher algo também é uma escolha, pois “A escolha é possível, em certo sentido, porém o que não é possível é não escolher. Eu posso sempre escolher mas devo estar ciente de que, se não escolher, assim mesmo estarei escolhendo” (EH, p. 14), ou seja, a falta de posicionamento político nada tem relação com a recusa em escolher, pois este é um ato de má-fé, que será julgado pelo o olhar do Para-Outro. Segundo, tal fala é problemática porque a responsabilização é absoluta, inclusive a política. Por isso, os indivíduos devem assumir suas escolhas livres e conscientes, para que não ajam de má-fé nem sejam responsabilizados pelo o olhar do outro, mas por si mesmos, comprometendo-se na ação e saindo do engajamento natural para mobilizar os indivíduos em prol de uma melhoria comum, como a mudança de poder se assim for necessário. Portanto, somos responsáveis não somente por nós mesmos, mas por todos os outros seres humanos, visto que as nossas escolhas refletem diretamente na coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foi possível analisar e discutir o que é liberdade para Jean-Paul Sartre, sua definição, desdobramentos em alguns eixos (como o político) e a relação que se tem com o modo de ser do ser humano no mundo. Tal conceito não seria possível de existir sem estar inserido em um contexto da realidade humana, pois a formação de homens e mulheres enquanto Seres-Para-Si é intrínseca a liberdade. As nossas relações não são de contiguidade, mas de intersubjetividade, de engendramento, isto é, não estamos simplesmente uns ao lado dos outros, mas somos feitos uns pelo outros, ou seja, somos feitos a partir da relação dos Para-Si com o Para-Outro. Não somos seres isolados, mas de sociabilidade.

O caráter social da liberdade em Sartre contrapõe-se à ideia individualista de liberdade herdada da tradição liberal burguesa, cuja concepção clássica é que a liberdade de cada um é fator limitante para a liberdade dos outros. Mas na presente análise que aqui foi feita, concluímos que para o autor o único fator limitante a liberdade não é o outro, mas sim o próprio indivíduo, no sentido que este não pode deixar de ser livre. O ser Para-Outro é a condição para atingirmos a nossa liberdade, pois esta é absoluta.

Assim, a filosofia Sartriana demonstra que para construirmos uma sociedade mais justa, igualitária e organizada, primeiramente essa sociedade deve ser uma Democracia Direta e Socialista. Em segundo lugar, os indivíduos devem se comprometer na ação, no engajamento, analisando a situação histórica em que estão inseridos para realizar mudanças sociais, políticas e econômicas. E por último, os sujeitos devem realizar estas mudanças através de suas escolhas livres e conscientes, assumindo-as para si mesmos e para os outros, inclusive suas “não escolhas” também devem ser assumidas como escolhas, para não ser de má-fé e eximir-se da responsabilização, seja ela política ou social.

Por fim, a política como meio de expressão da liberdade é de criação humana, assim como as estrelas, a matemática e outros fundamentos, pois está Para-Si. Se para Sartre os indivíduos são um eterno projeto de ser, a política também é um projeto, ou melhor, uma projeção de futuro num fato situado para melhorar. E esta melhoria se constrói através da liberdade e da práxis social-política, que ajuda a negociar conflitos e as várias demandas oriundas da liberdade, caracterizando o ser na busca por aquilo que o unifica, na tentativa de reunir o maior número de objetivos comuns.

REFERÊNCIAS

SARTRE, Jean- Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução Rita Correia Guedes. Texto Original Publicado em 1970.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica**. Tradução e notas Paulo Perdigão. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BORNHEIM, Gerd Alberto. **Sartre: Metafísica e Existencialismo**. 3. ed. Perspectiva: São Paulo, 2019.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando – Introdução à Filosofia**. 4.ed. Moderna: São Paulo, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. **Huis-clos**. (Tradução Brasileira de *Entre Quatro Paredes*) ed. Gallimard: Paris, 1953.

CORBINIANO, Simone Alexandre Martins; BERGAMO, Thelma Maria de Moura. **Consciência, intencionalidade e liberdade: contribuições de Sartre na formação do sujeito**. Educar em Revista (59), Jan/Mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.44632> . Acesso em: 11 nov. 2023.

BETTONI, Rogério Andrade. **A Formação dos Grupos Sociais em Sartre**. São João Del-Rei, n.4,p.67-75, jul.2022.